



[Handwritten signature]



ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021



Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Anexo	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Bases de Apresentação	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	17
5. Ativos Fixos Tangíveis	18
6. Ativos Intangíveis	20
7. Locações	20
8. Custos de Empréstimos Obtidos	20
9. Inventários	20
10. Rédito	21
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	21
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo	21
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	21
14. Imposto sobre o Rendimento	22
15. Benefícios dos empregados	22
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	22
17. Outras Informações	22
17.1. Investimentos Financeiros	23
17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	23
17.3. Clientes e Utentes	23
17.4. Outras contas a receber	23
17.5. Diferimentos	23
17.6. Outros Ativos Financeiros	23
17.7. Caixa e Depósitos Bancários	24
17.8. Fundos Patrimoniais	24
17.9. Fornecedores	24



[Handwritten signature]

17.10.Estado e Outros Entes Públicos	25
17.11.Outras Contas a Pagar	25
17.12.Outros Passivos Financeiros	25
17.13.Subsídios, doações e legados à exploração	26
17.14.Fornecimentos e serviços externos	26
17.15.Outros rendimentos e ganhos	26
17.16.Outros gastos e perdas	27
17.17.Resultados Financeiros	27
17.18.Acontecimentos após data de Balanço	27
18. Anexos	28
Balancetes	28

**Balanço**

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2021	31-12-2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		856.697,54	860.773,99
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		2.903,46	2.195,23
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		859.601,00	862.969,22
Ativo corrente			
Inventários			
Clientes		84.752,67	78.892,49
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos		3.664,05	4.538,52
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber		29.872,28	62.372,93
Diferimentos			
Outros Ativos financeiros		-	-
Caixa e depósitos bancários		280.187,30	275.761,97
Subtotal		398.476,30	421.565,91
Total do Ativo		1.258.077,30	1.284.535,13
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		801.356,24	801.356,24
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		368.503,73	218.079,96
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		8.720,19	19.728,14
Resultado Líquido do período		4.614,36	150.423,77
Total do fundo do capital		1.183.194,52	1.189.588,11
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores		61.323,90	81.352,31
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos		9.284,35	7.604,90
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outras contas a pagar		4.274,53	5.989,81
Outros passivos financeiros			
Subtotal		74.882,78	94.947,02
Total do passivo		74.882,78	94.947,02
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.258.077,30	1.284.535,13

São João da Pesqueira, 08 abril 2022

CONTABILISTA CERTIFICADO

DIRECÇÃO



Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		325.141,27	285.895,33
Subsídios, doações e legados à exploração		336.463,15	322.105,67
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(8.580,62)	(11.651,28)
Fornecimentos e serviços externos		(179.308,76)	(179.274,36)
Gastos com o pessoal		(442.253,15)	(392.529,70)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		12.864,96	171.627,37
Outros gastos e perdas		(1.922,79)	(4.470,53)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		42.404,06	191.702,50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(37.405,05)	(41.150,37)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.999,01	150.552,13
Juros e rendimentos similares obtidos		152,68	242,81
Juros e gastos similares suportados		(122,98)	(156,67)
Resultados antes de impostos		5.028,71	150.638,27
Imposto sobre o rendimento do período		(414,35)	(214,50)
Resultado líquido do período		4.614,36	150.423,77

São João da Pesqueira, 08 abril 2022

CONTABILISTA CERTIFICADO

DIRECÇÃO



Demonstração dos Resultados por Funções

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Actividade A	Actividade B		PERÍODOS	
					2021	2020
Vendas e serviços prestados				661.604,42	661.604,42	608.001,00
Custo das vendas e dos serviços prestados				667.547,58	667.547,58	624.605,71
Resultado bruto					(5.943,16)	(16.604,71)
Outros rendimentos				12.864,96	12.864,96	171.870,18
Gastos de distribuição				-	-	-
Gastos administrativos				-	-	-
Gastos de investigação e desenvolvimento				-	-	-
Outros gastos				1.922,79	1.922,79	4.627,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)					4.999,01	150.638,27
Gastos de financiamento (líquidos)				29,70	29,70	
Resultados antes de impostos						
Imposto sobre o rendimento do período					5.028,71	150.638,27
Resultado líquido do período					414,35	214,50
					4.614,36	150.423,77

São João da Pesqueira, 08 abril 2022

CONTABILISTA CERTIFICADO

DIRECCÃO

[Assinatura]
2021/2022
[Assinatura]
José Henrique Henriques



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
1		801.356,24	-	-	231.964,61	-	-	30.736,09	(13.884,65)	1.050.172,29	-	1.050.172,29
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
2		-	-	-	(13.884,65)	-	-	(11.007,95)	13.884,65	(11.007,95)	-	(11.007,95)
3									150.423,77	150.423,77		150.423,77
4=2+3									164.308,42	139.415,82	-	139.415,82
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
5		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6=1+2+3+5		801.356,24	-	-	218.079,96	-	-	19.728,14	150.423,77	1.189.588,11	-	1.189.588,11

São João da Pesqueira, 08 abril 2022

CONTABILISTA CERTIFICADO

DIRECÇÃO

Luís F. Pereira
Luís F. Pereira



Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
6	6	801.356,24	-	-	218.079,96	-	-	19.728,14	150.423,77	1.189.588,11	-	1.189.588,11
7	7	-			150.423,77			(11.007,95)	(150.423,77)	(11.007,95)		
		-	-	-	150.423,77	-	-	(11.007,95)	(150.423,77)	(11.007,95)	-	(11.007,95)
8	8								4.614,36	4.614,36		4.614,36
9=7+8	9=7+8								(145.809,41)	(6.393,59)	-	(6.393,59)
10	10											
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		801.356,24	-	-	368.503,73	-	-	8.720,19	4.614,36	1.183.194,52	-	1.183.194,52
6+7+8+10	6+7+8+10											

São João da Pesqueira, 08 de abril 2022

CONTABILISTA CERTIFICADO

DIRECÇÃO



Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		329.281,09	318.301,54
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(241.246,39)	(206.968,54)
Pagamentos ao pessoal		(441.489,45)	(393.048,10)
Caixa gerada pelas operações		(353.454,75)	(281.715,10)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(414,35)	(214,50)
Outros recebimentos/pagamentos		379.615,08	436.187,55
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		25.745,98	154.257,95
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(33.328,60)	(6.775,86)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			(2.195,23)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.000,00	6.504,06
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		11.007,95	11.007,95
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(21.320,65)	8.540,92
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		4.425,33	162.798,87
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		275.761,97	112.963,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período		280.187,30	275.761,97

São João da Pesqueira, 08 abril 2022

CONTABILISTA CERTIFICADO

DIRECÇÃO



Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de São João da Pesqueira é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República n.º 181 de 03/08/2014, Série III, com sede em São João da Pesqueira, na Avenida Marquês de Soveral, no Edifício dos Bombeiros Voluntários de São João da Pesqueira. Tem como objetivos principal manter um corpo de bombeiros voluntários para proteção de vidas e bens, poderá também promover a prestação da assistência médica e de enfermagem, formação profissional, e outras atividades educativas, bem como atividades desportivas, culturais e recreativas conducentes a uma melhor preparação física, intelectual e moral dos seus associados.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.



Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas *"Devedores e credores por acréscimos"* e *"Diferimentos"*

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas



e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	3 a 5
Outros Ativos fixos tangíveis	-

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

N.A.

3.2.3. Propriedades de Investimento

N.A.

3.2.4. Ativos Intangíveis

N.A.



3.2.5. Investimentos financeiros

N.A.

3.2.6. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que de destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;



- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra



em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)



Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

N.A.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

N.A.

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “*As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*”
- b) “*As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*”



- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

N.A.

Bens do património histórico, artístico e cultural

N.A.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	807.827,61	-	-	-	-	807.827,61
Equipamento básico	158.734,24	6.342,00	(54.568,39)	-	-	110.507,85
Equipamento de transporte	947.704,06	-	(64.478,24)	-	-	883.225,82
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	27.665,38	433,86	(1.468,76)	-	-	26.630,48
Outros Ativos fixos tangíveis	4.134,82	-	-	-	-	4.134,82
Total	1.946.066,11	6.775,86	(120.515,39)	-	-	1.832.326,58
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	376,42	1.047,46	-	-	-	1.423,88
Equipamento básico	156.212,23	1.657,74	(54.568,39)	-	-	103.301,58
Equipamento de transporte	871.970,05	35.388,54	(64.478,24)	-	-	842.880,35
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	19.233,60	2.566,21	(1.468,76)	-	-	20.331,05
Outros Ativos fixos tangíveis	3.125,31	490,42	-	-	-	3.615,73
Total	1.050.917,61	41.150,37	(120.515,39)	-	-	971.552,59

	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2020
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-



	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	807.827,61	-	-	-	-	807.827,61
Equipamento básico	110.507,85	-	-	-	-	110.507,85
Equipamento de transporte	883.225,82	31.647,60	(21.500,00)	-	-	893.373,42
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	26.630,48	1.681,00	-	-	-	28.311,48
Outros Ativos fixos tangíveis	4.134,82	-	-	-	-	4.134,82
Total	1.832.326,58	33.328,60	(21.500,00)	-	-	1.844.155,18
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.423,88	1.047,46	-	-	-	2.471,34
Equipamento básico	103.301,58	1.857,77	-	-	-	105.159,35
Equipamento de transporte	842.880,35	32.072,79	(21.500,00)	-	-	853.453,14
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	20.331,05	2.208,26	-	-	-	22.539,31
Outros Ativos fixos tangíveis	3.615,73	218,77	-	-	-	3.834,50
Total	971.552,59	37.405,05	(21.500,00)	-	-	987.457,64

	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2021
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Propriedades de Investimento

N.A.



6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

N.A.

7. Locações

N.A.

8. Custos de Empréstimos Obtidos

N.A.

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

De referir que os valores da rubrica “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 8.580,62€;
- Matérias Subsidiárias: 0,00€;
- Matérias de Consumo: 0,00€.

Descrição	Inventário em 01-Jan-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2021
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	11.651,28	-	-	8.580,62	-	-
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	11.651,28	-	-	8.580,62	-	-

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11.651,28		8.580,62
Variações nos inventários da produção	-		-



10. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	325.141,27	285.895,33
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jóias	28.285,00	26.805,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Serviços sujeitos a IVA	20.107,94	23.960,98
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	325.141,27	285.895,33

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

N.A.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo	248.807,24	239.540,94
ANEPC	212.957,24	209.690,94
INEM	35.850,00	29.850,00
...	-	-
...	-	-
Apoios do Governo	-	-
IEFP	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	248.807,24	239.540,94

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

N.A



14. Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 504,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2021	2020
IRC Liquidado	414,35	214,50
Tributação Autónoma	-	-
Total	414,35	214,50

15. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 20 e em 31/12/2019 foi de 19.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	372.075,46	331.539,78
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	57.226,19	46.338,72
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	12.951,50	11.737,62
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	-	2.913,58
Total	442.253,15	392.529,70

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

**17.1. Investimentos Financeiros**

N.A.

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

N.A.

17.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c	84.752,67	78.892,49
Clientes	74.883,18	71.660,60
Utentes	9.869,49	7.231,89
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes <i>factoring</i>	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	84.752,67	78.892,49

17.4. Outras contas a receber

N.A.

17.5. Diferimentos

N.A.

17.6. Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2021	2020
Crédito Agrícola	-	-
Entidade B	-	-
Entidade C	-	-
...	-	-
Total	-	-



17.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	336,84	192,99
Depósitos à ordem	279.850,46	275.568,98
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	280.187,30	275.761,97

17.8. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	801.356,24			801.356,24
Excedentes técnicos	-		-	-
Reservas	-		-	-
Resultados transitados	218.079,96	150.423,77		368.503,73
Excedentes de revalorização	-		-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	19.728,14		(11.007,95)	8.720,19
Total	1.039.164,34	150.423,77	(11.007,95)	1.178.580,16

17.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	61.323,90	81.352,31
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	61.323,90	81.352,31

**17.10. Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	701,52	949,13
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.962,53	3.514,79
Outros Impostos e Taxas	-	74,60
Total	3.664,05	4.538,52
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	414,35	214,50
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	139,71
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.672,63	1.137,73
Segurança Social	7.108,12	6.005,35
Outros Impostos e Taxas	89,25	107,61
Total	9.284,35	7.604,90

17.11. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	3.631,05	-	2.867,35
Remunerações a pagar	-	3.631,05	-	2.867,35
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	-	-	-
Outros credores	-	643,48	-	3.122,46
Total	-	4.274,53	-	5.989,81

17.12. Outros Passivos Financeiros

N.A.

**17.13. Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios de outras entidades	507,00	-
Câmara Municipal de S. João da Pesqueira	84.887,22	78.853,35
Donativos	2.261,69	3.711,38
Legados	-	-
...	-	-
Total	87.655,91	82.564,73

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota12.

17.14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Trabalhos especializados	2.896,70	2.461,49
Publicidade e Propaganda	483,00	1.085,40
Honorários	9.288,00	11.871,55
Comossões	2.933,90	1.364,70
Conservação Edifícios e outras construções	202,99	-
Conservação Equipamento básico	13.938,84	16.724,00
Conservação Equipamento de transporte	13.262,97	12.073,03
Conservação Ferramentas e utensílios	35,01	29,79
Conservação Equipamento administrativo	34,00	432,58
Outros serviços	10.149,26	70,19
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	30.166,44	50.977,78
Material de escritório	2.117,60	3.345,49
Artigos para oferta	388,47	361,34
Outros	1.198,43	620,10
Electricidade	5.452,60	6.163,03
Combustíveis	68.100,00	50.680,92
Oxigénio	3.669,82	2.853,73
Deslocações e estadas	2.459,95	4.887,19
Rendas e alugueres	4.089,72	4.089,72
Comunicação	5.725,59	6.522,31
Seguros	350,70	621,35
Contencioso e notariado	737,25	165,10
Limpeza, higiene e conforto	1.344,55	1.490,54
Outros serviços	282,97	383,03
....		
Total	179.308,76	179.274,36

17.15. Outros rendimentos e ganhos

N.A.

**17.16. Outros gastos e perdas**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	29,86	29,21
Descontos de pronto pagamento concedidos	724,93	340,74
Divídas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Quotas	250,00	250,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	918,00	3.850,58
Total	1.922,79	4.470,53

17.17. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	122,98	156,67
Total	122,98	156,67
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	152,68	242,81
Total	152,68	242,81
Resultados financeiros	29,70	86,14

17.18. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção

S. João da Pesqueira, dia 07 de abril de 2022

O Contabilista Certificado

A Direção



[Handwritten signature]

18. Anexos

Balancetes

PARECER CONSELHO FISCAL

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu nas instalações/sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de S. João da Pesqueira, o Conselho Fiscal, para dar cumprimento ao estatutariamente estabelecido, dando o seguinte Parecer ao Relatório de Atividades e Demonstrações Financeiras a 31/12/2021:

ASPETOS A RELEVAR

- a) As vendas e serviços prestados, os subsídios, doações e legados à exploração perfizeram valor total a 31/12/2021 de 661m€ (um acréscimo de 53m€ face a 2020). Os custos com pessoal com um total de 442m€, tiveram um acréscimo de 50m€ face a 2020 (como se pode reparar o acréscimo vendas e serviços prestados, subsídios, doações foram na sua essência “subtraídos” com o aumento custos com o pessoal). Nos outros rendimentos e ganhos temos um valor de 12m€, aqui com forte decréscimo face a 2020 no total de 159m€, dado que em 2020 tivemos um ganho diríamos “extraordinário”, dado que foi efetuada a regularização de contas com o INEM. Aqui resultou que em anos anteriores a 2020 a Associação tivesse os “tais” resultados negativos, aqui com uma ressalva, que estes mesmos resultados negativos fossem, em nossa opinião, não muito bem explicados na última campanha eleitoral. O valor do resultado líquido no período foi de 4.6m€, POSITIVO, com decréscimo face a 2020 de 146m€ (2020=150m€), explicado pelo mencionado anteriormente. Importa aqui analisarmos o EBITDA, em 2021 foi de 42m€, com um decréscimo face a 2020 de 149m€. O EBITDA serve para se perceber a realidade financeira da Associação, o quanto geramos de recursos nas atividades operacionais (sem levar conta os efeitos financeiros e os impostos). Indica quanto dinheiro é gerado pelos ativos operacionais. O EBIT (lucro contabilístico das atividades genuinamente ligadas ao “negocio”) foi de 5m€ (4.999,01€), com um decréscimo de 145m€ face a 2020. Assim o EBITDA, EBIT e Resultado Líquido no período de análise, todos com Valores Positivos e montantes interessantes para a realidade da nossa Associação, importantes para o futuro, em rota com a estratégia e objetivos da Direção. Todos com decréscimo face a 2020, mas como referido anteriormente, influenciados pela regularização das contas com o INEM em 2020.
- b) Referir que a Associação não tem quaisquer financiamentos, que permite, face contas apresentadas e a perspetiva de se poder contrair financiamentos no futuro para ampliação e remodelação das atuais instalações (quartel), fazer-se análise rigorosa e ponderada, para se “dar” esse passo sem comprometer a solvabilidade e as contas certas que tem sido apanágio da atual e anteriores Direções da nossa Associação. Com uma Autonomia Financeira de 94%, e análise de outros ponderadores de risco, o futuro pode ser encarado com tranquilidade e solidez. A Autonomia Financeira afere o

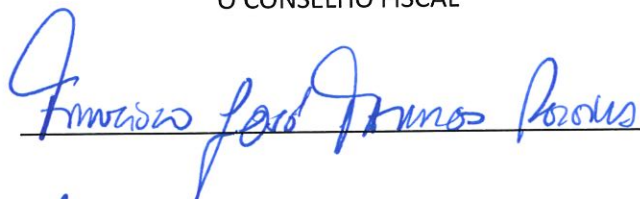
risco financeiro da Associação, servindo para verificar a nossa solidez financeira. Sabermos qual a percentagem de ativos que está a ser financiada pelo capital próprio-nível de autofinanciamento da Associação. Quanto menor for este rácio (vai 0% a 100%), maior será o risco que a Associação apresenta, quanto mais próximo do zero, maior a dependência dos capitais alheios. O inverso disto é positivo, neste caso, é a nossa realidade, ou seja, temos AF robusta que permite a concretização dos objetivos traçados pela Direção no presente mandato para que foram legitimamente eleitos. Como nota referir que as quotas e joias perfazem o valor de 28m€, com um acréscimo de 2m€ face a 2020.

- c) Os FSE (fornecimentos e serviços externos) permaneceram praticamente inalterados face a 2020, i. é, em 2021=179.308,76€ e em 2020=179.274.36€. Aqui a rubrica com maior peso são os combustíveis(ver pag 26- 17.14.), com um acréscimo de 18m€ face a 2020. Com esta guerra tão “brutal” e de enorme sofrimento na Ucrânia, traz-nos serias preocupações nos gastos com os combustíveis em específico pela escalada subida preços combustíveis, não esquecendo todas as outras face aos valores da inflação previstos para o ano 2022. Controlo, Rigor, Rigor e Mais Rigor neste âmbito, como em todos os outros.

EM CONCLUSÃO:

A Associação, tendo conta o supra exposto, apresenta uma situação sólida e bem estruturada, pelo que damos Parecer Favorável ao Relatório de Atividades e Demonstrações Financeiras a 31/12/2021.

O CONSELHO FISCAL







ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

As presentes Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas em reunião de Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de São João da Pesqueira, em 26 de abril de 2022.

A Direção,

João F. F. F. F. F.
José Henrique do Carmo

Termo de Aprovação Final

As Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021, mereceram aprovação da Assembleia Geral, realizada em 26 de abril de 2022.

A Mesa de Assembleia Geral,

João L. Pelvas
António Manuel Costa
Cristina Roque do Espírito Santo Pereira

